

# SUMÁRIO

## PARTE I **AUTORITARISMO E DEMOCRACIA POPULISTA..... 15**

*Luiz Flávio Gomes*

1. SOBRE O FUROR LEGISLATIVO E O POPULISMO PENAL ..... 15
2. PRODUÇÃO LEGISLATIVA DE 2009 (2º SEMESTRE) A  
OUTUBRO DE 2015 ..... 36
3. POPULISMO PENAL E SUAS PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS..... 37
4. A UTOPIA DE UM FUTURO SEM VIOLÊNCIA ..... 60

## PARTE II **POPULISMO PENAL NO BRASIL ..... 73**

*Luís Wanderley Gazoto*

1. PROGRESSIVA E DESPROPORCIONAL EXASPERAÇÃO PENAL  
NO BRASIL..... 75
2. DIREITO PENAL E ESTRUTURAS SOCIAIS NO BRASIL: DA  
INDEPENDÊNCIA À DITADURA MILITAR (1822-1985) ..... 77
  - 2.1. As Ordenações Filipinas ..... 77
  - 2.2. Estruturas sociais e sistema penal do Brasil-Império..... 80
    - 2.2.1. A primeira Assembleia Constituinte..... 82
    - 2.2.2. A instalação do Legislativo ..... 85
    - 2.2.3. O Código Criminal do Império..... 87
      - 2.2.3.1. As particularidades do liberalismo brasileiro..... 89
      - 2.2.3.2. Os progressos penais do I Império ..... 93
    - 2.2.4. O processo penal do I Império ..... 95
  - 2.3. O período da Regência e Segundo Império ..... 98
    - 2.3.1. A Lei 261, de 1841: o “regresso” ..... 98
    - 2.3.2. A Lei 2.033, de 20 de setembro de 1871..... 102
  - 2.4. Estruturas sociais e sistema penal da I República ..... 104

2.4.1.	Federalismo.....	111
2.4.2.	O positivismo comteano na República.....	115
2.4.3.	Os primeiros atos do Governo Provisório .....	124
2.4.4.	O processo penal na I República.....	125
2.4.5.	O Código Penal de 1890 .....	127
2.5.	Estruturas sociais e sistema penal do Estado Novo .....	130
2.5.1.	O Código Penal de 1940 .....	135
2.5.1.1.	Influência da Escola Positiva no Brasil.....	136
2.5.1.2.	Síntese histórica do Código Penal de 1940 .....	141
2.5.1.3.	Finalidade das penas.....	142
2.5.1.4.	Responsabilidade penal.....	144
2.5.1.5.	Classificação dos delinquentes .....	146
2.5.1.6.	Medidas de segurança .....	147
2.5.1.7.	Sanções penais.....	149
2.5.2.	A legislação processual penal do Estado Novo .....	152
2.6.	O governo militar .....	155
2.6.1.	A reforma do CP, em 1984.....	159
2.6.2.	A legislação processual penal da ditadura militar..	162
3.	JUSTIFICATIVAS DO CONGRESSO NACIONAL AO RIGOR PENAL LEGISLATIVO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	163
3.1.	Análise das leis aprovadas e suas exposições de motivos .....	166
3.1.1.	Análise quantitativa.....	166
3.1.1.1.	Análise quantitativa, relativamente aos períodos/governos .....	167
3.1.1.2.	Recorrência de temas .....	168
3.1.1.3.	Análise quantitativa, relativamente à severidade das leis .....	172
3.1.2.	Análise qualitativa das leis mais gravosas .....	174
3.1.2.1.	Crimes hediondos e crime organizado.....	175
3.1.2.1.1.	Porte e comércio ilegal de armas.....	187
3.1.2.1.2.	Crimes de “lavagem de dinheiro” .....	188
3.1.2.1.3.	Crimes relativos a drogas ilícitas.....	190
3.1.2.2.	Minorias, racismo, crianças, mulheres, idosos.	193

3.1.2.2.1. Proteção a deficientes, crianças e idosos.....	193
3.1.2.2.2. Leis criminais de proteção especial a mulheres .....	195
3.1.2.2.3. Racismo .....	198
3.1.2.2.4. Apreciação da legislação penal de proteção a menores, mulheres etc.....	200
3.1.2.3. O tratamento penal dos ilícitos tributários .....	204
3.1.2.4. Crimes ambientais .....	208
3.1.2.5. Crimes empresariais, falimentares, sistema financeiro etc.....	210
3.1.2.5.1. Uso da palavra “couro” .....	213
3.1.2.5.2. Uso irregular de combustíveis.....	214
3.1.2.5.3. Crime de fraude a credores em falência.....	214
3.1.2.6. Crimes contra a Administração Pública e/ou Justiça .....	215
3.1.2.7. Leis de conteúdo moral.....	217
3.1.2.8. Aplicações práticas que ferem o “princípio da insignificância”.....	218
3.1.2.8.1. Furtos insignificantes .....	219
3.1.2.8.2. Atividades clandestinas de telecomunicações.....	219
3.1.2.8.3. Exploração ilegal de minério.....	221
3.1.3. Análise das leis mais benéficas .....	221
3.2. Análise dos projetos de leis das últimas legislaturas e suas exposições de motivos.....	225
3.2.1. Introdução .....	225
3.2.2. Projetos de leis da Câmara dos Deputados.....	225
3.2.2.1. Quanto à severidade dos projetos.....	225
3.2.2.2. Temática dos projetos.....	226
3.2.2.3. A relação entre partidos políticos e projetos criminais.....	229
3.2.2.4. Análise de projetos específicos.....	230
3.2.3. Projetos de leis do Senado .....	235

3.2.3.1. Quanto à severidade dos projetos.....	235
3.2.3.2. Temática dos projetos.....	236
3.2.3.3. A relação entre partidos políticos e projetos criminais.....	237
3.2.3.4. Análise de projetos específicos.....	238
4. ANÁLISE CONCLUSIVA DO RIGOR PENAL LEGISLATIVO CONTEMPORÂNEO.....	244
4.1. Sobre o progressivo rigor punitivo contemporâneo.....	244
4.2. Sobre a alegada utilidade que a lei penal teria para prevenir delitos.....	248
4.3. Como as representações sociais podem influenciar a legislação penal.....	256
4.4. Opinião pública, mídia e produção legislativa penal .....	263
4.5. A influência das representações sociais e mídia na produção legislativa brasileira .....	274
4.6. O funcionalismo penal: a justificação das penas na solidariedade social .....	277
4.6.1. Durkheim: a pena como instrumento de promoção da solidariedade social.....	277
4.6.2. Luhmann: a pena como reafirmação de expectativas sociais.....	281
4.6.3. Jakobs: o funcionalismo penal.....	284
4.7. Sistema jurídico-penal brasileiro: do funcionalismo ao populismo penal.....	286
4.7.1. O populismo e o populismo penal .....	288
4.7.2. Populismo penal e “direito penal simbólico” .....	290
4.7.3. A disseminação populista.....	293
4.7.4. Populismo e oportunismo político .....	298
4.7.5. O populismo penal não tem partido político .....	300
4.7.6. Deficiências do populismo penal .....	303
4.7.7. Weber: “a democratização e a demagogia formam um par” .....	306
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA PARTE I .....</b>	<b>313</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA PARTE II.....</b>	<b>317</b>